

ECONOMIA & POLÍTICA



Reuters

MANIFESTO APRESENTADO NA SEDES

Economistas lançam manifesto que defende reindustrialização

Mira Amaral, Abel Mateus e Clemente Pedro Nunes dão a cara, na SEDES, por um manifesto que defende a reindustrialização do país para a produção de bens transacionáveis e contra a estratégia do hidrogénio.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

A SEDES, uma das mais antigas associações cívicas portuguesas e com extenso histórico na área do debate, nomeadamente de temas da economia, deu voz a um conjunto de personalidades que lançaram um manifesto em que preconizam a urgente alteração estratégica da política económica do país, com vista não só ao combate às metástases da Covid-19, mas, mais estruturalmente, no estabelecimento das bases de uma reforma que lance o desenvolvimento sustentado do país.

Regra de ouro desse manifesto, como disse ao JE o economista Abel Mateus, um dos envolvidos no manifesto: “a industrialização para a produção de bens transacionáveis” como forma de “lançar o investimento na economia, estimular as empresas” e criar o ambiente propício “à investigação e

desenvolvimento” e ao regresso “do investimento estrangeiro”.

Ou, como diria o ex-ministro da Indústria Luís Mira Amaral, outro dos participantes, “é preciso multiplicar o exemplo da AutoEuropa, uma empresa integradora, que exporta, desenvolve a cadeia de fornecimento, que por sua vez se torna também exportadora”.

O manifesto diz que “a principal causa da nossa quase estagnação nas duas décadas anteriores foi a má aplicação dos recursos, resultantes de políticas económicas e decisões empresariais erradas, de que a crise económica e bancária é a evidência mais forte das suas pesadas consequências”.

A intenção dos subscritores é que estas histórias com final infeliz não se repitam. E o economista Gustavo Guimarães, do conselho coordenador da SEDES, vislumbra a próxima hipótese: “veja-se o exemplo da TAP”, que pode bem vir a ser o próximo sorvedouro dos recursos que o país tem e dos que não tem.

Também o economista Abel Mateus disse que a companhia aérea – em relação à qual é quase unânime a evidência de que os anunciados 1,2 milhões de euros a injetar não chegarão – terá de passar por um grande *down-sizing* em termos de salários e de custos, mas principalmente “terá de ter uma equipa de gestão de primeira linha”.

O manifesto adianta que “o que o país necessita é de investimentos produtivos, virados para as exportações, que promovam a moderniza-

A estratégia do hidrogénio vai colocar os consumidores a pagar aos investidores, como sucede com a energia eólica, diz o manifesto

ção e dinamização da estrutura produtiva ou infraestruturas estratégicas, que possam aumentar a produtividade e, assim, reduzir a pobreza e evitar que continuemos a caminhar para a cauda da União Europeia”.

E coloca em debate – ou à apreciação de todos – aquilo que a SEDES considera ser a receita para acelerar o crescimento. Uma nova política económica deve abranger, entre outras: o desenvolvimento de uma indústria de cuidados de saúde, articulando unidades públicas, privadas e do setor social; o aperfeiçoamento do sistema de investigação e inovação empresarial; investimento nas infraestruturas de integração com a Europa, nomeadamente nas ligações ferroviárias de bitola europeia do corredor atlântico; a já referida reindustrialização, não só para aumentar exportações, mas também para diminuir importações, virada para a biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação, ciências da saúde, aeronáutica, mobilidade numa lógica de cluster; a captação de

investimento direto estrangeiro; estímulos à aceleração da qualidade do capital; a criação e instituição da capacidade de planeamento estratégico do país; e as sempre anunciadas mas nunca concretizadas reformas do fisco e da justiça.

Hidrogénio? Não, obrigado

O manifesto é particularmente crítico da nova estratégia – elevada pelo Governo de António Costa à categoria de designio nacional, da chamada Estratégia do Hidrogénio. Para a SEDES, a aventura não podia vir em pior hora: “absorverá uma parte significativa dos recursos, financiando projetos sem rentabilidade, usando tecnologias que, por não estarem ainda dominadas, só vão fazer subir custos de produção e preços no consumidor, ou onerar o contribuinte, via subsídios do Estado, e assim reduzir o crescimento”. Qualquer semelhança com a estratégia das eólicas não é pura coincidência: com a estratégia do hidrogénio, o país regressa a uma política energética que não domina e que terá de subsidiar por via de transferências, tal como sucede neste momento com as eólicas. Por trás da estratégia, chama a atenção a SEDES, os suspeitos do costume, entre os quais a EDP.

O manifesto foi tornado público num webinar organizado pela SEDES (e que será transmitido hoje na plataforma JE TV, através do site e das redes sociais do Jornal Económico), onde intervieram Abel Mateus, Clemente Pedro Nunes e Luís Mira Amaral, coordenados por Gustavo Guimarães – que, como seria de esperar, foi tremendamente crítico da estratégia do hidrogénio e recordou que o antigo ministro da Economia de José Sócrates, Manuel Pinho, não percebe nada de energia. Até porque, como disse Abel Mateus, as emissões de carbono portuguesas pesam 0,5% do total mundial.

Mas coube principalmente a Clemente Pedro Nunes, professor catedrático, “desfazer” o plano do Governo para a produção de hidrogénio. Que, disse, se prepara para fazer o mesmo erro que foi feito em 2008: “garantir que os investidores vão ganhar aquilo que querem e obrigar os consumidores a pagar”.

Não se compreendem as políticas económicas, energética e a estratégia do hidrogénio propostas pelo Governo num país com cerca de 20% de pobreza, e a necessitar de um forte investimento produtivo para poder aumentar o seu rendimento per capita. Só com projetos viáveis, competitivos, com uma adequado equilíbrio no financiamento e na partilha de riscos entre os fundos públicos afetos ao projeto e o investimento privado, que aumentem a competitividade no setor dos bens transacionáveis se poderá aumentar a nossa taxa de crescimento potencial, garantir empregos bem remunerados e fomentar a coesão económica e social. ●